



**RESULTADOS E REFLEXÕES: A PARTICIPAÇÃO DE CUMARU NOS
ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
DE EDUCAÇÃO**

**RESULTS AND REFLECTIONS: CUMARU'S PARTICIPATION IN TRAINING AND
COORDINATION SPACES OF MUNICIPAL EDUCATION COUNCILS**

**RESULTADOS Y REFLEXIONES: LA PARTICIPACIÓN DE CUMARU EN LOS
ESPACIOS DE FORMACIÓN Y ARTICULACIÓN DE LOS CONSEJOS
MUNICIPALES DE EDUCACIÓN**

Edlene Gomes da Silva¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: Este estudo analisa a participação do município de Cumaru nos espaços de formação e articulação destinados ao fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs), destacando sua relevância para a consolidação da gestão democrática e para o aprimoramento das políticas públicas educacionais. A investigação, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida a partir da análise documental, observação direta e interlocução com membros do Conselho Municipal de Educação, considerando tanto as práticas institucionais quanto os desafios estruturais enfrentados pelo município. Buscou-se compreender como Cumaru tem se inserido nas ações formativas promovidas em âmbito regional e estadual, bem como de que maneira esses processos influenciam a organização interna, a tomada de decisões e a capacidade deliberativa do CME local. Os resultados evidenciam que a participação em espaços colaborativos de formação contribui significativamente para o fortalecimento das práticas de regulação, normatização e acompanhamento das políticas educacionais no município. Além disso, aponta-se que a articulação entre diferentes CMEs favorece a construção de entendimentos comuns, amplia o repertório teórico-metodológico dos conselheiros e possibilita o compartilhamento de experiências exitosas. No entanto, o estudo também identifica limitações relacionadas à infraestrutura, à rotatividade de membros e à necessidade de ampliar a participação social no processo decisório. Conclui-se que, embora existam desafios, a atuação de Cumaru nesses espaços representa um avanço importante para a consolidação de um conselho mais autônomo, participativo e comprometido com a garantia do direito à educação.

Palavras-chave: Gestão democrática. Conselho Municipal de Educação. Formação e articulação

ABSTRACT: This study analyzes the participation of the municipality of Cumaru in training and articulation spaces aimed at strengthening Municipal Education Councils (CMEs),

¹Mestranda em Ciências da educação pela Christian Business School, edlenegomes36@gmail.com

²PhD. Doutora em Ciências da educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, professora orientadora da Christian Business School-CBS, rozineide.pereira1975@gmail.com



highlighting their relevance for consolidating democratic management and improving public educational policies. The investigation, based on a qualitative approach, was conducted through document analysis, direct observation, and dialogue with members of the Municipal Education Council, taking into account both institutional practices and the structural challenges faced by the municipality. The study sought to understand how Cumaru has engaged in training activities promoted at regional and state levels, as well as how these processes influence the council's internal organization, decision-making, and deliberative capacity. The results show that participation in collaborative training spaces significantly contributes to strengthening regulatory, normative, and monitoring practices related to educational policies in the municipality. Furthermore, the findings indicate that articulation among different CMEs promotes the construction of shared understandings, expands the theoretical and methodological repertoire of council members, and enables the exchange of successful experiences. However, the study also identifies limitations related to infrastructure, member turnover, and the need to broaden social participation in the decision-making process. It is concluded that, although challenges persist, Cumaru's involvement in these spaces represents an important advancement toward consolidating a more autonomous, participatory council committed to guaranteeing the right to education.

Keywords: Democratic management. Municipal Education Council. Training and articulation.

RESUMEN: Este estudio analiza la participación del municipio de Cumaru en los espacios de formación y articulación destinados al fortalecimiento de los Consejos Municipales de Educación (CMEs), destacando su relevancia para la consolidación de la gestión democrática y el mejoramiento de las políticas públicas educativas. La investigación, de enfoque cualitativo, se desarrolló a partir del análisis documental, la observación directa y el diálogo con miembros del Consejo Municipal de Educación, considerando tanto las prácticas institucionales como los desafíos estructurales enfrentados por el municipio. Se buscó comprender cómo Cumaru ha participado en las acciones formativas promovidas a nivel regional y estatal, así como de qué manera estos procesos influyen en la organización interna, la toma de decisiones y la capacidad deliberativa del CME local. Los resultados evidencian que la participación en espacios colaborativos de formación contribuye significativamente al fortalecimiento de las prácticas de regulación, normatización y seguimiento de las políticas educativas en el municipio. Además, se señala que la articulación entre distintos CMEs favorece la construcción de entendimientos comunes, amplía el repertorio teórico-metodológico de los consejeros y posibilita el intercambio de experiencias exitosas. No obstante, el estudio también identifica limitaciones relacionadas con la infraestructura, la rotación de miembros y la necesidad de ampliar la participación social en el proceso de toma de decisiones. Se concluye que, aunque persisten desafíos, la actuación de Cumaru en estos espacios representa un avance importante para la consolidación de un consejo más autónomo, participativo y comprometido con la garantía del derecho a la educación, reforzando el papel estratégico de los CMEs en la promoción de políticas educativas equitativas y de calidad.

Palabras clave: Gestión democrática. Consejo Municipal de Educación. Formación y articulación.

INTRODUÇÃO



Os Conselhos Municipais de Educação constituem instâncias fundamentais da gestão democrática e participativa da educação pública, atuando na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais. No município de Cumaru (PE), a atuação dos conselhos em especial o Conselho Municipal de Educação (CME), o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho do Fundeb tem se consolidado como um espaço de diálogo, corresponsabilidade e construção coletiva de saberes voltados ao fortalecimento da educação local.

Entretanto, muitos são os desafios que ainda se impõem à realidade municipal, como a carência de recursos, a necessidade de formação continuada para os conselheiros, o aprimoramento da comunicação entre os órgãos colegiados e a ampliação da participação social nas decisões educacionais. Diante desse cenário, a participação ativa de Cumaru nos eventos da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) tem se revelado um importante instrumento de aprendizagem, troca de experiências e fortalecimento institucional.

A presente experiência parte da seguinte pergunta norteadora: como a participação dos conselhos municipais de Cumaru nos eventos da UNCME contribui para o fortalecimento da gestão democrática e para a partilha de ações voltadas à melhoria da educação local?

Com base nessa questão, definiu-se como objetivo relatar e refletir sobre a participação dos presidentes dos Conselhos Municipais de Educação, de Alimentação Escolar e do Fundeb de Cumaru-PE nos eventos formativos da UNCME em 2025, destacando as aprendizagens, desafios e contribuições dessas vivências para o aprimoramento das práticas de gestão e controle social da educação no município.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de natureza qualitativa e descritiva, fundamentado na observação e reflexão sobre a participação dos presidentes dos Conselhos Municipais de Educação (CME), de Alimentação Escolar (CAE) e do Fundeb do município de Cumaru-PE em dois eventos formativos



realizados no ano de 2025: o VII Fórum Nacional dos Presidentes dos Conselhos Municipais de Educação, ocorrido no Rio de Janeiro entre os dias 9 e 12 de junho, e o XVI Seminário Estadual dos Conselhos Municipais de Educação da UNCME/PE, realizado em Triunfo-PE.

A escolha pela abordagem qualitativa deve-se ao fato de que este tipo de pesquisa permite compreender os fenômenos a partir do ponto de vista dos sujeitos envolvidos, valorizando os significados, percepções e interpretações que emergem das experiências vividas. De acordo com Oliveira (2016), a pesquisa qualitativa “procura analisar os fatos fazendo a descrição detalhada da forma como se apresentam, o que permite uma análise do problema de pesquisa em relação aos aspectos sociais, econômicos e políticos” (Oliveira, 2016, p. 102). Assim, mais do que quantificar dados, este trabalho busca interpretar experiências, práticas e sentidos construídos coletivamente nos espaços de formação e atuação dos conselhos.

O relato de experiência foi adotado como caminho metodológico por possibilitar a sistematização e a reflexão crítica sobre práticas concretas, articulando vivências e conhecimentos teóricos. Segundo Oliveira (2016), esse tipo de investigação requer planejamento rigoroso e envolvimento ativo do pesquisador, o que inclui a observação cuidadosa, a escuta atenta e o diálogo constante com os sujeitos participantes do processo educativo. Os procedimentos metodológicos envolveram:

- Observação participante durante os eventos, com registro das discussões, falas e encaminhamentos das mesas temáticas;
- Elaboração de diário de campo, onde foram anotadas percepções, sentimentos e aprendizagens ao longo da experiência;
- Diálogo reflexivo entre os três presidentes de conselhos, após o retorno ao município, com o objetivo de sistematizar os principais aprendizados e desafios para a gestão democrática local;
- Análise interpretativa dos registros, orientada pelos princípios da participação social, formação continuada e controle social da educação, buscando



compreender como as vivências coletivas nos eventos contribuíram para o fortalecimento das ações dos conselhos municipais de Cumaru-PE.

Nesse contexto, a metodologia adotada privilegia uma postura dialógica, crítica e reflexiva, em que a experiência vivida se torna fonte legítima de conhecimento e formação. Como destaca Oliveira (2016), a pesquisa qualitativa pressupõe “uma coleta de dados de forma sistemática, de idas e vindas através do diálogo com os atores sociais”, configurando-se como um processo contínuo de construção e reconstrução de saberes.

RESULTADOS

Os resultados estão divididos nos dois momentos de participação nos eventos para os presidentes dos conselhos municipais de educação CME, CAE e Fundeb.

Participação no evento VII Fórum dos presidentes dos Conselhos Municipais da Educação

Na acolhida e abertura do evento. Na fala de Manuel como presidente nacional da UNCME. A secretaria estadual de educação do Rio De janeiro e ela fala da importância do movimento da Uncme vivenciei e tive a honra de auxiliar, acreditamos que é no município que podemos construir políticas públicas de qualidade. Pois os estudantes não tiveram a base lá na primeira infância. A missão de vocês não é árdua, ela vai além para auxiliar na melhoria da educação.

Na fala sobre os Planos decenais. Na fala de Waldeck Carneiro que aborda sobre o tratado na educação dos jovens. Na constituinte que foi realizada no Palácio Tiradentes. Apresenta a história até chegar no Plano Nacional da Educação.

Em 2023 o saeb e a movimentação já melhorou. E temos propostas e desafios. Estamos indo para o terceiro Plano decenal, com 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias. Este partiu da sua implementação, temos que ter um diagnóstico, para saber onde podemos chegar, como podemos caminhar. Identificar os principais desafios, principais causas e como são gerados. Atuar sobre o problema, para saber como resolver os problemas. O sistema de governança, que apesar de ter uma



avaliação, é necessário uma coordenação nacional, para que sejam alcançadas. A avaliação deve ser contínua.

O processo de elaboração foi realizado por várias instâncias. A Conae faz parte enquanto município. Hoje temos o documento diagnóstico e o Projeto de Lei n 2614/2024. Temos um documento com 18 problemas e utilizamos como partida para o diagnóstico. O que precisamos fazer para melhorar? As secretarias de educação têm um papel central na escrita do PME. assim, é preciso reconhecer.

Na fala da Secretária de Educação do Rio de Janeiro, Roberta. Temos que fazer com qualidade, por isso que o Plano está sendo revisado. Não adianta o mundo falar em nota 8 e o Brasil estar em 3/4. O acompanhamento é a própria legislação e nós da sociedade civil temos que implantar. Então agora fala como representante do conselho dos estados de educação. Já ouvimos que os secretários municipais, com o compromisso dos gestores, precisamos pensar de sobremaneira na educação com responsabilidade e compromisso. E o controle ao planejamento, as metas que não são exequíveis, precisa que podemos fazer nesse país uma educação mais igualitária.

Quando o Brasil luta para amenizar a alfabetização, estamos conseguindo. E aí a gente observa que estamos erradicados, mas dando um programa de qualidade para isso. Quando caminhamos juntos, estamos com mais resultados. E hoje representando os secretários, participem e observem aquilo que tem possibilidade de implantar. Aquilo que é possível realizar. E queria falar um pouco do Rio de Janeiro, o último plano que não foi analisado pelo legislativo. Mas nós não deixamos a responsabilidade. E acordamos de fazer um plano, já com base no novo plano decenal. E fazendo todas as entregas que são solicitadas pelo MEC. O compromisso que está em casa é um de nós.

Na fala de Osório Figueiredo, presidente da União dos dirigentes municipais de educação -RJ. Muito daquilo que ficava inviável, pois os recursos das prefeituras tem seus limites. Não teremos uma educação de qualidade, sem uma carreira do magistério, não sobra recursos para a formação. É claro que isso não é fácil, o que é financeiro e o que é orçamento. Precisamos refletir que a nossa sociedade está



diferente de anos atrás. E sabe onde vamos receber, é na educação em que os professores têm que reinventar, a educação digital, um dos pontos que interferem no comportamento das nossas crianças. Pois a velocidade da tecnologia e com a IA, que precisa minimamente para dialogarmos com o futuro. Vamos estudar e ver o que podemos fazer um Plano que seja inserido nele os nossos sonhos com responsabilidade

Falar na educação sem pensar nos profissionais de educação não é possível. Fala da Tia Ju, deputada do Rio. Tem uma máxima para quem é dos conselhos. Se a criança tem que estar na escola, a escola tem que pensar sobre ela. Que o plano por meio da lei federal traga não somente dos secretários de educação, mas dos outros. Os conselhos têm a obrigação de coordenar a governança. É fundamental que os órgãos tragam a formação de professores e aproximação das famílias. Para que as universidades junto às escolas e demais instituições trabalhem juntos. Então fico muito muito feliz nos destaques dos objetivos sobre os indígenas, quilombolas, a educação especial.

Fala de Tia Ju, deputada. O Brasil foi o país que mais teve pessoas escravizadas. Como precisamos de políticas específicas, para que funcionem. Não estamos querendo privilégio, queremos justiça histórica para reparar os danos morais e históricos. Não queremos o direito de roubar. Quem não gosta de samba. O carioca tem samba no pé, mas precisamos enfatizar que somos bons em outros lugares, pois somos bons na política, na ciência, na tecnologia.

A minha família, parte de quilombos, pessoas escravizadas. E mãe dizia com tanto orgulho, sei ler e escrever, porque tenho uma filha professora. Quando a gente limita o sonho de uma criança. Fui a primeira de muitas gerações a terminar o ensino médio, ensino superior, pós graduação e agora no mestrado. O papel da escola e da sociedade. É na diversidade que encontramos força. O nosso país é o melhor do mundo, só precisamos acreditar.

Os dados mostram que tem muito que fazer sobre os livros didáticos. É preciso que os estados e municípios. Acho fundamental que os municípios que tenham equipes preparadas para as formações continuada. Os conselhos em acompanhar na efetivação. É preciso que os municípios para entender como recorte, que crianças



são essas. Quantas crianças quilombolas? Quantos são meninos? Quantos são meninas?

Pacto Nacional pela Educação de Jovens e Adultos em Debate Professora Dra. Alessandra Nicodemos (UFRJ)

O debate sobre o Pacto Nacional pela Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), conduzido pela Professora Dra. Alessandra Nicodemos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), evidenciou os grandes desafios e as possibilidades de avanço no campo da educação pública voltada para aqueles que, historicamente, tiveram seus direitos educacionais negados ou interrompidos.

Entre os principais compromissos do pacto, destaca-se o esforço coletivo para superar o analfabetismo entre jovens, adultos e idosos no Brasil. Trata-se de uma dívida histórica que persiste em diferentes regiões do país, especialmente nas periferias urbanas e nas zonas rurais, onde o acesso à educação foi, por muito tempo, negligenciado pelas políticas públicas.

Para alcançar esse objetivo, é fundamental ampliar a oferta de vagas na EJA, garantindo a inclusão de milhares de brasileiros que buscam retomar seus estudos como forma de transformação pessoal, social e econômica. A matrícula na EJA não deve ser apenas um ato burocrático, mas o primeiro passo de uma trajetória pedagógica digna, acolhedora e comprometida com os sonhos e necessidades de cada estudante.

Dentro do pacto, foram organizadas ações articuladas por meio de programas específicos, que têm o papel de fortalecer essa política educacional. Tais programas são instrumentos essenciais para a estruturação de uma rede de apoio que compreenda a formação de professores, a produção de material didático adequado, o acompanhamento pedagógico e a valorização das experiências dos sujeitos da EJA.

A professora enfatizou, com firmeza, que o material didático destinado à EJA precisa ser pensado de forma crítica e sensível. Não se pode oferecer o mesmo



conteúdo elaborado para crianças a adultos e idosos. É preciso respeitar as trajetórias de vida desses educandos, suas vivências no mundo do trabalho, na família, na comunidade e na cultura popular. A proposta pedagógica da EJA deve dialogar com a realidade concreta dos alunos, valorizando seus saberes e incentivando a leitura crítica do mundo, como defendia Paulo Freire.

Outro ponto relevante destacado pela professora Alessandra foi a importância do papel dos sistemas municipais e estaduais na normatização da EJA. As redes de ensino devem assumir uma postura ativa, tanto na elaboração de diretrizes que respeitem as especificidades da modalidade, quanto no cuidado com a organização dos dados. É imprescindível que, no ato da matrícula, as escolas sejam orientadas a construir planilhas organizadas, que permitam um diagnóstico real das demandas locais, contribuindo para o planejamento pedagógico, para a gestão de recursos e para a garantia de direitos educacionais.

Ao final, a professora provocou a reflexão: qual é o nosso papel na consolidação desse pacto? A resposta exige o comprometimento de gestores, educadores, pesquisadores, movimentos sociais e toda a sociedade civil. A EJA não pode ser tratada como política marginal ou paliativa. É um direito fundamental, uma política de reparação e, sobretudo, uma via potente de construção da cidadania e de justiça social.

Participação no evento XVI Seminário Estadual dos Conselhos Municipais da Educação da UNCME-PE 2025

O evento teve início com a apresentação da equipe da UNCME-PE, incluindo os coordenadores de cada região de Pernambuco. Durante sua fala, Fabiane destacou a importância do papel de cada conselheiro municipal no fortalecimento da entidade, ressaltando que a UNCME tem se tornado uma referência nacional a partir da atuação nos municípios.

Em seguida, foi abordado o tema da cidadania fiscal, destacando os pilares da assistência do tribunal, a relação ativa da sociedade com o poder público e a



conscientização tributária como instrumentos fundamentais para o fortalecimento da democracia e da participação social. Nesse contexto, foi apresentada a rede OnAf, que desenvolve projetos de extensão em universidades, contribuindo para a disseminação de conhecimentos sobre educação fiscal.

Também foram apresentados programas e iniciativas voltados para a área, como o Programa Receita Cidadã, que promove ações educativas com foco na conscientização fiscal, e o Projeto Cidadania Fiscal na Educação, que busca envolver escolas e comunidades no entendimento sobre tributos e responsabilidades sociais. Por fim, a Receita Federal reforçou seu compromisso em orientar e ensinar sobre práticas corretas, enfatizando a importância da educação fiscal como base para a construção de uma sociedade mais consciente e participativa.

Mesa 1 - O PL 2.614/2024 PNE, numa Perspectiva de Organização e Gestão da Educação Municipal

A Mesa 1, com o tema “O PL 2.614/2024 – PNE, numa Perspectiva de Organização e Gestão da Educação Municipal”, trouxe uma reflexão profunda sobre os desafios e as responsabilidades dos municípios na implementação das políticas educacionais previstas no novo Plano Nacional de Educação (PNE). O debate teve como ponto de partida a ideia de que, ao identificar um problema, não basta apenas reconhecê-lo é necessário construir estratégias concretas e articuladas que permitam solucioná-lo de forma efetiva e sustentável.

Nesse contexto, foi destacada a importância do planejamento estratégico e da gestão eficiente como instrumentos fundamentais para alcançar as metas estabelecidas pelo PNE. Os participantes enfatizaram que o plano apresenta 18 objetivos principais, que orientam ações voltadas para a garantia do direito à educação de qualidade em todo o país. Entre esses objetivos, ganharam destaque a ênfase na qualidade do ensino, a aprendizagem com equidade garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem, tenham acesso a oportunidades reais de aprendizado — e a promoção da educação integral, que busca formar



sujeitos completos, capazes de desenvolver plenamente suas potencialidades cognitivas, sociais, culturais e emocionais.

Outro ponto central foi a valorização da educação escolar do campo, indígena e quilombola, que requer atenção especial por parte das políticas públicas educacionais. Foi reforçado que a implementação de estratégias voltadas a esses segmentos deve respeitar a diversidade cultural, linguística e identitária, assegurando condições adequadas de acesso, permanência e sucesso escolar para todos os estudantes, em todos os territórios.

Os debatedores ressaltaram ainda a necessidade de fortalecer a articulação entre União, estados e municípios, de modo que as ações sejam integradas e coordenadas. A gestão municipal desempenha um papel estratégico nesse processo, pois é no território local que as políticas educacionais se concretizam e geram impactos diretos na vida das comunidades.

Nesse contexto, reforçou-se que a efetivação do PNE depende não apenas de metas bem definidas, mas também de monitoramento constante, participação social ativa e de um compromisso coletivo com a educação pública. O planejamento precisa estar aliado à ação, garantindo que as políticas saiam do papel e se transformem em práticas reais que ampliem oportunidades e assegurem uma educação de qualidade para todos.

Mesa 2 - Os desafios na implementação e Gestão da Educação Municipal: novos olhares e fazeres na Educação Infantil e Educação Integral em Tempo Integral

A Mesa 2, com o tema “Os Desafios na Implementação e Gestão da Educação Municipal: novos olhares e fazeres na Educação Infantil e Educação Integral em Tempo Integral”, promoveu uma discussão relevante sobre as transformações necessárias para fortalecer a educação nos municípios. O debate destacou a importância de repensar práticas e modelos de gestão, ampliando o olhar sobre a educação básica e garantindo oportunidades reais de aprendizagem desde a primeira infância.



Um dos pontos ressaltados foi a experiência positiva do município de Toritama, que vem se destacando na implementação de políticas públicas voltadas à Educação Infantil e à Educação Integral em Tempo Integral. A iniciativa mostra que, com planejamento, investimento e articulação entre os diferentes setores da gestão municipal, é possível construir práticas educativas inovadoras e eficientes, capazes de atender melhor às necessidades das crianças e das famílias.

No entanto, também foram apontados desafios significativos. Um deles diz respeito à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município. A cidade enfrenta dificuldades nesse campo, principalmente devido à evasão escolar provocada pela competição entre a escola e o mercado de trabalho, especialmente no setor de confecções, que absorve grande parte da mão de obra local. Essa realidade impõe um desafio estratégico: recuperar os estudantes que deixaram a escola, garantindo condições adequadas para que possam conciliar estudo e trabalho, além de promover ações que tornem a escola mais atrativa e significativa para essa faixa etária.

A discussão reforçou que a construção de novos olhares e fazeres na educação municipal passa necessariamente por políticas públicas integradas, que articulem educação, assistência social, saúde e desenvolvimento econômico. Além disso, é essencial fortalecer o diálogo com a comunidade, valorizando os saberes locais e promovendo uma educação que esteja conectada com a realidade e os projetos de vida dos estudantes.

Nesse sentido, os participantes ressaltaram que a Educação Integral e a Educação Infantil precisam ser encaradas como prioridades estratégicas para o desenvolvimento dos municípios, enquanto a EJA demanda políticas específicas e criativas para garantir o direito à educação a todos, independentemente da idade ou das condições sociais.

Mesa 3 – Atuação dos Conselhos Municipais da Educação na utilização dos Recursos e no Financiamento Educacional: o que é permitido e o que é vedado?

A Mesa 3, com o tema “Atuação dos Conselhos Municipais da Educação na Utilização dos Recursos e no Financiamento Educacional: o que é permitido e o que



é vedado?”, promoveu uma discussão essencial sobre a responsabilidade dos municípios na gestão dos recursos públicos destinados à educação e o papel estratégico dos conselhos municipais na fiscalização, planejamento e acompanhamento dessas ações.

O prefeito de Toritama abriu sua fala relatando as dificuldades enfrentadas na utilização dos recursos financeiros da educação, destacando os desafios de equilibrar as demandas da rede com as limitações orçamentárias. Ele compartilhou que, ao decidir se candidatar, tinha o desejo de fazer a diferença no município, mas, ao assumir o cargo, percebeu que “a conta não fechava” diante das inúmeras necessidades da educação e dos recursos limitados disponíveis.

Durante a mesa, foi destacada a importância da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata da ampliação da oferta de educação em tempo integral. Essa meta reforça a necessidade de planejamento financeiro eficiente, de investimentos bem direcionados e de acompanhamento contínuo dos conselhos municipais, garantindo que os recursos sejam aplicados de forma legal, transparente e alinhada aos objetivos educacionais.

Outro ponto abordado foi o papel dos conselhos municipais de educação na CONAPETI (Comissão Nacional de Acompanhamento e Planejamento da Educação em Tempo Integral), reforçando a necessidade de atuação ativa e articulada desses órgãos para assegurar o cumprimento das metas educacionais e a boa aplicação dos recursos públicos.

Também foi apresentada a proposta de formação de cursos na área da Educação em Tempo Integral (ETI), com perspectiva de ampliação em 2024 e continuidade em 2025. A iniciativa visa fortalecer a capacitação de gestores, professores e demais profissionais da educação, promovendo ações de difusão de conhecimentos e práticas inovadoras. A formação busca consolidar uma rede de profissionais mais preparados para lidar com as demandas e desafios da educação integral nos municípios.



Em sua fala, Fabiana Vitello destacou a relevância de olhar com atenção para a educação infantil, chamando a atenção para o papel dos auxiliares nas salas de aula e a importância de uma abordagem sensível e humanizada com os bebês e crianças pequenas. Ela ressaltou que os conselhos municipais precisam considerar as especificidades da primeira infância, compreendendo que garantir um ambiente acolhedor, seguro e estimulante é tão importante quanto assegurar os recursos financeiros adequados.

Nesse sentido, os participantes reforçaram que os Conselhos Municipais de Educação desempenham um papel estratégico não apenas na fiscalização do uso dos recursos, mas também na construção de políticas públicas sólidas, transparentes e comprometidas com a qualidade social da educação. O controle social e a participação democrática foram apontados como caminhos fundamentais para assegurar que cada investimento realmente chegue à escola e se traduza em melhorias efetivas para os estudantes.

Mesa 4 – A Importância da Implementação do Sistema Municipal de Educação: Uma ação integrada

A mesa trouxe reflexões fundamentais sobre o papel dos conselhos municipais, a autonomia dos municípios e a importância da construção coletiva de políticas públicas para o fortalecimento da educação.

Na abertura da discussão, Natanael, presidente do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, destacou a relevância de pensar os conselhos como instrumentos de política pública e de compreender a educação como um projeto coletivo, que deve refletir os interesses de toda a sociedade. Ele ressaltou que todos os conselhos compartilham um denominador comum: a busca pela melhoria da educação pública.

Natanael enfatizou ainda que os espaços de conselho devem ser ambientes de diálogo e construção compartilhada, nos quais ideias e contribuições possam convergir de forma democrática e dialógica. “Ninguém discute sozinho. A luta é coletiva”, afirmou. Para ele, o conselho não serve a uma gestão específica, mas a



toda a população, representando os interesses da comunidade escolar de forma ampla e responsável.

Em sua fala, ele também fez uma reflexão pessoal, ressaltando que seus filhos estudaram em escolas públicas e, posteriormente, ingressaram no ensino superior por meio de bolsas do ProUni. Segundo ele, essa trajetória representa a importância de focar na educação como instrumento de transformação social, garantindo oportunidades reais para todos. Reforçou, assim, que os conselheiros municipais têm o dever de trabalhar pelo conjunto da sociedade, sem distinções ou interesses particulares.

Na sequência, Horácio abordou a organização dos sistemas de ensino, destacando que a implementação de sistemas municipais de educação fortalece a autonomia local e permite uma gestão mais próxima da realidade das escolas, dos estudantes e das comunidades.

Já Giseli apresentou os pontos positivos da implementação do Sistema Municipal de Ensino, ressaltando benefícios como:

- Autonomia municipal, que possibilita decisões mais ágeis e contextualizadas;
- Gestão mais eficiente, com maior capacidade de planejamento e execução;
- Redução das desigualdades educacionais;
- Desenvolvimento local, com políticas alinhadas às demandas do território;
- Melhoria na gestão educacional como um todo.

Ela também compartilhou dados levantados a partir dos formulários preenchidos pelos participantes, que permitiram conhecer melhor o perfil dos conselheiros e conselheiras presentes, incluindo gênero, nível de escolaridade, faixa etária e outros aspectos importantes para orientar futuras ações de formação e fortalecimento dos conselhos.

No entanto, Giseli também apontou desafios significativos para a efetiva implementação dos sistemas municipais de educação, como a escassez de recursos financeiros, a resistência a mudanças em alguns contextos e a necessidade de



formação continuada para os conselheiros. Esses fatores, segundo ela, tornam ainda mais evidente a importância de se construir um conselho participativo e atuante, capaz de enfrentar os obstáculos com planejamento, articulação e diálogo com toda a comunidade escolar.

Ao final, reforçou-se que a implementação do Sistema Municipal de Educação deve ser entendida como um processo estratégico e coletivo, que demanda vontade política, envolvimento social, clareza de propósitos e, sobretudo, o compromisso de todos os atores com a educação pública de qualidade. A ação integrada entre gestores, conselheiros, educadores e sociedade civil foi apontada como o caminho mais sólido para a consolidação de sistemas municipais fortes, democráticos e comprometidos com o desenvolvimento educacional.

Mesa 5 – Marco Legal e Avaliação da EJA: o papel dos Conselhos Municipais na implementação e monitoramento das políticas públicas

A Mesa 5, com o tema “Marco Legal e Avaliação da EJA: o papel dos Conselhos Municipais na Implementação e Monitoramento das Políticas Públicas”, promoveu uma reflexão importante sobre os desafios e avanços relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos municípios, destacando o papel estratégico dos conselhos municipais na consolidação dessas políticas.

Durante a mesa, José, representante de Petrolina, compartilhou experiências sobre o processo de implementação da EJA no município, abordando tanto os desafios enfrentados quanto as ações desenvolvidas pelos conselhos municipais de educação. Ele destacou que a modalidade ainda enfrenta obstáculos significativos, como a evasão escolar, a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, e a limitação de recursos voltados para programas específicos. No entanto, reforçou que a atuação dos conselhos tem sido fundamental para orientar decisões, acompanhar o uso dos recursos e garantir que as políticas públicas voltadas à EJA sejam de fato executadas de maneira eficaz e transparente.

Em seguida, Waneska, representante da UNCME, ressaltou que para que a educação municipal avance de forma concreta, é necessário que os conselhos atuem



com protagonismo e compromisso. Segundo ela, “para que o município ande, é preciso fazer acontecer a partir das ações dos conselhos”, destacando a importância da articulação entre o poder público, as escolas e a sociedade civil. Waneska enfatizou ainda que os conselhos municipais não devem se limitar ao papel de fiscalização, mas também atuar como espaços de proposição e construção de políticas públicas, acompanhando de perto o desenvolvimento dos programas educacionais e contribuindo para o aprimoramento da gestão local.

A mesa reforçou que o Marco Legal da EJA deve ser compreendido não apenas como um conjunto de normas, mas como um instrumento de garantia de direitos, assegurando o acesso, a permanência e a aprendizagem de jovens e adultos que, por diferentes motivos, não concluíram sua escolarização na idade regular.

Nesse contexto, os participantes destacaram que o fortalecimento da EJA depende de planejamento articulado, investimento contínuo e participação social efetiva. O papel dos conselhos municipais, nesse contexto, é essencial para assegurar que as políticas públicas sejam implementadas de forma democrática, inclusiva e comprometida com a transformação social por meio da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação dos representantes dos Conselhos Municipais de Educação (CME), de Alimentação Escolar (CAE) e do Fundeb do município de Cumaru-PE nos eventos formativos realizados em 2025 representou um marco significativo para o fortalecimento da gestão democrática da educação no âmbito municipal. Os encontros o VII Fórum Nacional dos Presidentes dos Conselhos Municipais de Educação, realizado no Rio de Janeiro, e o XVI Seminário Estadual da UNCME/PE, em Triunfo possibilitaram não apenas a ampliação dos conhecimentos sobre as políticas públicas educacionais, mas também o aprofundamento das reflexões acerca do papel dos conselhos como instâncias de controle social, participação cidadã e garantia do direito à educação de qualidade.



A troca de experiências entre conselheiros de diferentes municípios e estados contribuiu para o aprimoramento das práticas de gestão e de acompanhamento das políticas educacionais em Cumaru. As discussões sobre financiamento da educação, valorização dos profissionais, alimentação escolar, currículo e inclusão social reforçaram o compromisso coletivo com uma educação pública equitativa, transparente e participativa. Além disso, o diálogo com outras realidades evidenciou que, embora persistam desafios estruturais e formativos, o fortalecimento dos conselhos depende da formação continuada de seus membros e da articulação permanente entre as diferentes esferas de gestão.

A experiência vivenciada reafirma a importância da presença ativa dos conselhos municipais em espaços de debate e formação, como condição essencial para consolidar a democracia participativa na educação. Os aprendizados adquiridos durante os eventos reverberam nas práticas locais, inspirando novas ações, projetos e parcerias que buscam ampliar a qualidade das políticas educacionais de Cumaru.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.